



CORONEL RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA — O SOLDADO, O ENGENHEIRO E SUAS OBRAS

Luiz Gonzaga de Mello

Matéria extraída de palestra proferida pelo autor, no dia 2 de agosto de 1988, no auditório do Instituto Militar de Engenharia (IME), ao ensejo da primeira comemoração festiva do Dia do Quadro de Engenheiros Militares (QEM), e em exaltação ao seu patrono — Coronel do Real Corpo de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra.

Contém o extrato biográfico de uma personalidade marcada por valores que se procura, hoje, depreciar. Revive episódios da nossa história que a dialética revisionista dos nossos dias se empenha em menosprezar ou, mesmo, denegrir.

Isso justifica sua publicação, em número de páginas que excede o limite usualmente obedecido por "A Defesa Nacional", além da homenagem que presta aos integrantes do QEM.

Ricardo Franco nasceu em Lisboa. De seu natalício sabe-se, apenas, que ocorreu em 1748. Provinha de família talvez humilde. Ao que

parece, o pai, José de Almeida Serra, serviu, por toda a vida, como criado palaciano de dois dos reis de Portugal, Dom João V e Dom José I.

Há carência de informações a respeito de sua meninice e de boa parte de sua juventude.

Quanto à sua vocação para a carreira das armas, é muito provável que ela possa ter começado a despontar nos dias seguintes ao do terrível terremoto que quase destruiu Lisboa totalmente, em 1755. Na mesma oportunidade, também é possível ter sucedido o surgimento de sua inclinação para o campo das atividades técnicas.

Justificam-se tais julgamentos porque, nesses dias de pavor, luto, saque, incêndios e desordem, o menino, de seus oito anos, deve ter tido inúmeras ocasiões de ver e de observar, curioso e atento, a atuação das numerosas tropas chegadas à Capital para imporem ordem e segurança à vida cidadina. E, logo em seguida, pôde apreciar, de perto também, aqueles outros militares, os engenheiros, conquanto reduzidos numericamente, mas em sua plena atividade reconstrutora, no afã de planejar e erguer uma nova e moderna capital lusitana.

Nunca se tinham visto tantas fardas e tantos militares em ação dentro daquela que tinha sido uma boa e tranqüila metrópole.

O menino Ricardo Franco impressionou-se. Tudo, aliás, naquelas contingências se prestava para sugerir. Dentro de uma variedade enorme de fortes

insinuações, uma circunstância feliz, por insignificante que possa ter sido, acabaria por fazer despestar na criança a sua vocação de soldado e, ao mesmo tempo, a sua inclinação de engenheiro.

Passou-se mais algum tempo. Ricardo Franco, agora com seus treze anos de idade, tomou conhecimento da guerra desencadeada entre a Espanha e Portugal, da invasão do solo pátrio, das providências governamentais, das ações bélicas, e do pouco recomendável desempenho por parte de muitos dos militares portugueses.

Soube Ricardo Franco que o aliado inglês não fugiria aos compromissos e já concordara em ajudar. Porém enviou, tão somente, um pequeno estado-maior, com um chefe septuagenário e alquebrado, antigo representante diplomático. Novos entendimentos e, de uma frota de transporte, desembarcaram cerca de 8.000 soldados.

As forças terrestres portuguesas foram reforçadas com o arrebanhamento de jovens desocupados, a perambular pelos logradouros ou a flunar em tabernas. Soldados à força, enquadrados por veteranos, passaram a integrar a tropa aliada em marcha para as operações de guerra.

Solicitação anterior ao aliado inglês fizera chegar a Lisboa o Conde de Lippe, acompanhando

do de coadjuvantes seus. Uma verdadeira missão militar, mas não apenas de assessoria. Gozavam todos os seus integrantes de regalias contratuais e, por conseguinte, assumiram comandos, puseram-se a dirigir setores importantes e passaram a ter ação direta e decisiva em assuntos da caserna.

Não obstante, não muito puderam realizar nessa emergência. As forças terrestres portuguesas tinham ficado relegadas por mais de quarenta anos de paz interna e externa. Assim como o povo, elas tinham perdido o espírito belicoso que as animara e impulsionara no passado.

Todavia, o susto e a lição bem que foram valiosos. A paz depressa se restabeleceu. Mesmo assim, as atividades do Conde de Lippe puderam seguir seu curso.

A situação militar modificou-se a partir de então. As reformas implantadas começaram a surgir e a surtir efeito. Novas organizações militares se formaram e fortificações se ergueram em locais adequados. Material bélico foi adquirido. Livros de assuntos castrenses foram traduzidos e publicados. O Conde de Lippe apresentou os seus regulamentos, que ficaram célebres, e eles foram impressos, distribuídos e vendidos. O Exército se modernizou e se tornou mais profissional e operacional.

Mais vivido e maduro, Ricardo testemunhou tal transformação. Novos motivos teve, portanto, para se impressionar. Contudo, continuava a observar e a ponderar. A hora de se decidir definitivamente estava quase chegando. E a sua vocação e inclinação, submetidas a tão salutar exercício de exame de consciência, mais ainda se acentuavam e se firmavam.

* * *

A documentação oficial revela que Ricardo Franco frequentou a Academia Militar, sediada em Lisboa, na qualidade de Partidista. Acredita-se, por isso, tenha sido aluno ganhador de prêmio escolar, pecuniário, ou de subsídio incentivador, ou subvenção para fazer face a despesas de manutenção, enquanto estudante militar.

Já agora na Academia, constatou que lhe era admitido tornar-se, a uma só vez, tanto militar quanto técnico. Não argüiam de incompatível o exercício conjunto das atribuições e encargos da vocação e da inclinação, pois o próprio monarca, em 1732, facultara, nas Academias Militares, a formação de oficiais combatentes e a habilitação de oficiais engenheiros. O rei se convencera de que devia se valer somente do reduzido e limitado número de seus próprios engenheiros militares.

Como Partidista, Ricardo Franco passaria 2 anos, 2 meses e 6 dias nos bancos acadêmicos. Ao cabo do curso, conquistou seu primeiro posto, o de ajudante.

Deve ter-se submetido, logo em seguida, a um estágio militar, ou técnico, ou quem sabe, técnico e militar, para seu aperfeiçoamento. Esse período de provação e capacitação se estendeu ao longo de 9 meses e 12 dias.

Uma vez aprovado, e só então, a 9 de setembro de 1766, se lhe deu começo à contagem do tempo de serviço.

Cerca de 2 anos mais tarde, a 15 de novembro de 1769, o posto lhe seria confirmado, por carta-patente. A partir daí, a enunciação de seu nome em documentos oficiais se faria acompanhada do posto, da arma de origem e da indicação técnica. Assim seria: Ricardo Franco de Almeida Serra, Ajudante de Infantaria, com exercício de Engenheiro.

O Tenente-Coronel de Infantaria, com exercício de Engenheiro, é Quartel-Mestre-General do Exército, Guilherme Elsdén, após a data de 25 de outubro de 1777 ao atestado em que elogiou Ricardo Franco pela execução das missões recebidas como Engenheiro, relacionou as mesmas, e declarou que seu

subordinado servira, sob as suas ordens e orientação, pelo decurso de mais de 10 anos sucessivos.

Ricardo Franco esteve se desincumbindo de encargos de engenheiro, pelo visto, a partir da data em que se passou a contar a efetividade de seu tempo de serviço militar, isto é, a 9 de setembro de 1766. Dessa data até a do atestado de Elsdén, seriam os "mais de 10 anos" declarados no documento. E estaria conforme a suposição apontada de estágio militar ou técnico, ou, melhor ainda, mais técnico do que militar.

Esses "mais de 10 anos sucessivos" devem ser repartidos em suas fases distintas de atividades, segundo o citado documento registra:

A *Primeira* — Com cerca de 6 anos de duração, estendeu-se por vasta área e por locais bem diversos. Compreendeu serviços variados, alguns de natureza delicada, envolvendo grande ou maior responsabilidade que os outros, pois abrangeram terras pertencentes ao rei, em que a caça era proibida a particulares, e deviam ser assinalados nelas os pontos nos quais corria a caça grossa. Realizou serviços em terras planas e alagadiças, às margens do Tejo, e em terras de particulares, para saber-lhes as áreas e a produção agrícola. Esteve trabalhando no Ribatejo, levantando mapas

de todas as suas vilas, da parte Norte e Sul, este na foz do rio Lima e em campos circunjacentes, para estudar seus níveis e fazer projeto para a sua abertura e conserto. As minas de carvão de pedra, em Buarcos, mereceram atenção, e fez levantamentos e mapas do local e de área abrangendo uma légua de distância. Vários outros locais tiveram seus mapas delineados, como o sítio de Olhos d'Água até a Vila de Setubal, os campos vizinhos à vila de Figueira e rio Mondego, os campos de Alcobaça, Alfizeirão e foz do rio São Martinho.

É de supor-se, com base no citado documento do Tenente-Coronel Elsdén, que as derradeiras tarefas executadas por Ricardo Franco, nessa primeira fase, tenham sido as feitura da planta da cidade de Coimbra e a do terreno em que se compreendiam as freguesias circunvizinhas e confinantes com as dessa cidade.

Seu desempenho de engenheiro, nessa primeira fase, foi variado, envolveu habilidades, conhecimentos e capacidade específica de agrimensor, topógrafo, cartógrafo, hidrógrafo e estatístico. E seus trabalhos se desenvolveram em localidades, no campo e nos escritórios técnicos.

A Segunda — Essa fase, de menor duração, pois de pouco mais de 4 anos, parece, todavia,

ter sido mais importante, pela natureza dos trabalhos levados a cabo, e por ter exigido e revelado sua plena capacidade técnica. Ricardo Franco então empregou-se, efetivamente, em medir, calcular, projetar, dirigir e fiscalizar as obras dos edifícios novos que se ergueram e dos que se ampliaram na Universidade de Coimbra, destinados ao estudo e ao ensino das Ciências Naturais. Para o seu desempenho, Ricardo Franco deslocou-se, repetidas vezes, de modo a aprontar e fazer deslocar de lugares distantes, alguns materiais necessários. Para tanto, foi à mata da Magarasa, na serra da Estrela, a fim de melhorar caminhos e abrir novos, até a foz do rio Alva para, com maior facilidade, se transportarem as madeiras que da referida mata fez conduzir para as obras em apreço.

Seu desempenho, nessa segunda fase, envolveu habilidades, conhecimentos e capacidade de arquiteto, engenheiro construtor civil, sapador rodoviário, sapador florestal e de oficial de estado-maior, encarregado da logística. E seus vários encargos se desenvolveram na cidade, no campo, ao pé das obras, nos canteiros de obras, nos cais, em embarcações, em meios de transporte terrestre e nos escritórios técnicos.

* * *

Os chefes daquela época eram bastante parcimoniosos em seus louvores. Eis como o Reformador e Reitor da Universidade de Coimbra, o Bispo Dom Francisco de Lemos de Faria Ferreira Coutinho, um brasileiro, se pronunciou a respeito da atuação de Ricardo Franco: "...executando sempre com ciência, zelo e atividade tudo quanto lhe foi determinado". E, mais adiante: "...Serviu no modo referido a dita Universidade com a honra indispensável da sua obrigação ...".

O Tenente-Coronel Elsdén, chefe imediato de Ricardo Franco, assim externou, ao fim de 10 anos de trabalhos a ele subordinados: "... ter servido ... sempre com satisfação, honra e atividade".

Essa mesma parcimônia ressaltava, mais ainda, o valor semântico que cada vocábulo deveria encerrar.

Ricardo Franco, pelas qualidades pessoais reveladas e pelo correto cumprimento das missões a ele atribuídas, destacou-se em seu grupo de colegas engenheiros. Em consequência, missões de maior realce não tardariam a confirmar e aumentar o alto conceito em que já era tido.

* * *

A assinatura, em 1º de outubro de 1777, do Tratado Pre-

liminar de Santo Ildefonso, tendente a solucionar as questões de limites entre as colônias portuguesas e espanholas na América do Sul, veio a calhar para esse propósito.

Em meu entender, os três documentos atestatórios que lhe foram passados, no findar desse ano de 1777, evidenciam que Ricardo Franco fora dispensado daqueles encargos no Reino, para se preparar e aperfeiçoar, como soldado e técnico, para as novas missões de que seria encarregado, estas, agora, no ultramar.

Nesse interregno preparatório, Ricardo Franco julgou-se com direito à promoção. Reque-reu, mas foi-lhe negado o acesso. O despacho declarava inexistir vaga no reduzido e limitado quadro de engenheiros a que pertencia.

Não obstante, a promoção lhe viria, até mesmo antes do embarque. Era costumeira a prática de fazer os oficiais galgarem um ou mais postos, quando nomeados para servirem nas possessões ultramarinas.

Os principais componentes da 3ª Partida de Demarcação de Limites na América, relacionados com o Tratado de 1777, foram os seguintes:

— *militares*, na qualidade de geógrafos: Ricardo Franco de Almeida Serra, e Joaquim José Ferreira, ambos capitães de In-

fantaria, com exercício de Engenheiro, e portugueses;

— *civis*, na qualidade de astrônomos: Francisco José de Lacerda e Almeida, e Antônio da Silva Pontes, ambos Doutores em Matemática e Astronomia, e brasileiros formados pela Universidade de Coimbra, em dezembro de 1777.

Zarparam de Lisboa no dia 8 de janeiro de 1780, e aportaram em Belém do Pará, em 26 de fevereiro. Velejaram, portanto, 49 dias.

Nessa cidade, o grupo de técnicos vindos de Portugal deveria aguardar notícias dos demarcadores espanhóis, visando a combinarem as medidas para o início de seus trabalhos conjuntos.

Enquanto esperavam, Ricardo Franco empenhou-se em desenhar o mapa geográfico das Capitanias de São José do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí. Seu colega de farda e compatriota, Joaquim José Ferreira, foi-lhe de valiosa ajuda no traçar desse mapa, que abrangia áreas mais tarde conhecidas como Províncias e Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí.

E nada de notícias dos demarcadores espanhóis...

Por isso, João Pereira Caldas, Capitão-General, Governador daquelas Capitanias e Comissário-Chefe da 4ª Partida de

Demarcação, a do Setor Norte, referente ao Tratado de 1777, decidiu levar consigo os componentes do grupo chegado de Portugal. Partiram, a 2 de agosto de 1780, e desembarcaram em Barcelos, capital de São José do Rio Negro, à margem direita desse rio, a 17 de outubro. Foram dois meses e meio de penosa viagem, em pequenas embarcações, a vela e a remos alongada por sucessivas paradas e escalas.

Até fins de dezembro, nada ainda dos espanhóis e, igualmente, das embarcações que, mandadas de Mato Grosso, deveriam transportar a comissão portuguesa para essa Capitania, local definitivo de seus trabalhos de demarcação.

João Pereira Caldas era, de há muito, experimentado administrador português no Brasil. Zeloso e empreendedor, carecia, porém, de pessoal habilitado. Por conseguinte, não hesitou em tirar partido da presença e inatividade forçada de tão numeroso grupo de profissionais competentes. Encarregou-o do reconhecimento e exploração dos rios Negro e Branco, e de terras confinantes com as que viriam a constituir a Venezuela e as Guianas.

Vão ter início, agora, as três importantes expedições certas de que Ricardo Franco participaria.

Ao se formarem os dois gru-

pos, coube a ele, como chefe e geógrafo, e ao Dr. Silva Pontes, como astrônomo, o reconhecimento e a exploração relativos ao rio Branco.

Deixaram Barcelos em 1º de janeiro de 1781. Desceram e subiram rios. Pousaram em localidades, foz de cursos d'água e ilha. Ricardo Franco apanhou forte e molesto resfriado. Passaram, com dificuldade e perigos, pelos trechos de cachoeiras. Virou-se a canoa e Ricardo Franco esteve a ponto de morrer afogado. Não sabia nadar, mas foi salvo, por se agarrar a um galho de árvore. Atingiram o velho Forte de São Joaquim. Passaram por povoados. Pernoitaram em cabeceira de rio, após trecho percorrido a pé o dia inteiro. Atingiram povoação indígena. Exploraram lanços de rios. Por terra, rumo leste, encontraram, afinal, a nascente do rio Branco. Queriam prosseguir os exploradores. Ricardo Franco, porém, teve que renunciar ao projeto. O inverno estava se fazendo muito rigoroso. Ademais, o Capitão-General lhe ordenara estar em Barcelos no correr do mês de maio. A 17 deste, por fim, chegaram de volta, após 137 dias de exploração e reconhecimento. Foram 4 meses e 17 dias.

Os demarcadores da 3ª Partida, com Ricardo Franco à frente, permaneceram em Barcelos, aguardando o transporte fluvial

para Vila Bela, capital de Mato Grosso. Enquanto esperavam, dedicaram-se à redação dos diários e memórias da expedição, ao registro das ocorrências geográficas, e à confecção dos mapas das regiões que tinham levantado.

Eis que chegaram as canoas de transporte. Os demarcadores se aprestaram para partir. Ia ter começo a segunda expedição importante, na qual deveriam realizar o levantamento dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

Ricardo Franco, seus três companheiros e a comitiva partiram de Barcelos, a 1º de setembro de 1781. Desceram o Negro, entraram no Amazonas, e chegaram, no dia 9, à boca do Madeira. É onde têm início as observações astronômicas e o levantamento desse rio.

O seu trecho inferior, francamente navegável, eles o percorreram lentamente. Bem mais abaixo, silvícolas atacaram a expedição. Seus integrantes se viram forçados a repeli-los com os tiros de suas armas. No começo de outubro, deixaram para leste o rio Machado ou Giparaná. Uma semana mais tarde, passaram o salto de Santo Antonio, o primeiro dos 17, inclusive corredeiras, mais 12 delas no Madeira, e ainda outras 5 no Mamoré. Esses acidentes se sucederam e se espaçaram, numa distância de 390 km, penosamente percorridos em 73 dias.

Tiveram ainda que transpor as corredeiras do Macaco, e chegaram ao grande salto do Teotônio, de 40 palmos de altura. Perderam uma semana, atarefados em desviar as canoas pelo varadouro. A 21 de novembro, ainda na região encachoeirada, constatações embaraçosas: 30 doentes e falta de suprimentos.

Prosseguiram viagem. Deixaram o Beni para oeste, e penetraram no Mamoré, e passaram por Guajará-Mirim, livraram-se da última das cachoeiras e, depois, entraram pelo Guaporé, já nos princípios de 1782. Attingiram o antigo Forte da Conceição, onde se demoraram seis dias, para se refazerem. A 17 de janeiro, pernoveram no Real Forte do Príncipe da Beira, em fase de conclusão. Continuaram a jornada e chegaram a Vila Bela, a 28 de fevereiro. À espera deles, estava Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Capitão-General, Governador da Capitania de Mato Grosso e Comissário-Chefe da 3ª Partida de Demarcação do Tratado de 1777.

Em tal estado de miserabilidade física e sanitária se encontravam os expedicionários que o seu tratamento e a convalescença se prolongaram por mais de quatro meses.

Tão logo pôde, Ricardo Franco deu início a uma série de reconhecimentos parciais e de levantamentos topográficos

dos afluentes superiores do Guaporé e do Paraguai. Reconheceu e levantou as vertentes e afluentes dos grandes rios e as suas cabeceiras, desbravou linhas de separação de suas águas, as serras próximas, as zonas de campos, e chegou a explorar um varadouro. Objetivavam tais trabalhos o conhecimento de pormenores da circunvizinhança de Vila Bela, e de mais além, e a obtenção de dados para completar os mapas daqueles rios de suma importância.

Ricardo Franco era, na verdade, um homem de terra firme. Certo dia, tentou transpor um ribeirão crescido pelas chuvas. Sua montada focinhou. O cavaleiro caiu na água. Arrastado pela correnteza e não sabendo nadar, livrou-se, contudo, do afogamento, porque prestimoso auxiliar rápido o socorreu. Salvo das águas pela segunda vez!

Muitas vezes, chuvas torrenciais faziam transbordar os cursos d'água e inundar os terrenos. Ricardo Franco e seus auxiliares recolhiam-se a Vila Bela. Dedicavam-se, então, às tarefas próprias de escritório técnico. E, também, desincumbia-se ele de outras missões, e não foram poucas nem de pequena monta, que lhe atribuiu Luís de Albuquerque.

Até que, em princípios de 1786, pôde engajar-se na terceira da série das grandes explo-

rações que realizou. Foram seus colaboradores, como astrônomos, os brasileiros, Dr. Lacerda e Almeida e Dr. Silva Pontes.

Essa terceira expedição saiu de Vila Bela a 30 de abril de 1786. Dez dias depois, os expedicionários se detiveram, debaixo de chuvas. Ricardo Franco adoeceu, com ataque de febre intermitente. Mas, 5 dias após, desceram todos o rio, até a foz onde, no dia 19 de maio, começaram os trabalhos de levantamento do rio Paraguai. E, então, navegam, desembarcam, sobem elevações, para giros do horizonte e melhores observações, navegam por rios, lagoas e canais, chegam a diversas povoações, e passam pelas bocas de muitos rios. A 9 de julho de 1786, atingem o Presídio de Coimbra, onde repousam uns dias. O frio, as chuvas e as inundações fora de estação dificultam os trabalhos e maltratam os expedicionários. Os campos, inundados, criam problemas, e suas tentativas de retomar o rumo obrigam os expedicionários a buscar novos práticos em Corumbá. Retomam os trabalhos, voltam a subir rios, pisam terra firme e marcham por várias localidades e fecham o circuito chegando a Vila Bela, a 2 de novembro de 1786. Gastaram 187 dias na expedição. Agüentaram 6 meses e 1 semana de árduos trabalhos e enormes sacrifícios.

Num desses numerosos trabalhos de campo, exatamente naquele em que explorou e levantou o rio Barbados, Ricardo Franco desincumbia-se da medição da Fazenda de Casalvasco, de 840.000 ha, uma enorme área banhada pelo Alegre e seu afluente, o Barbados, em cujos belos campos Luís de Albuquerque escolhera o local para erguer uma estação de veraneio para os Governadores e estabelecer uma fazenda de criação. A povoação de Casalvasco fora inaugurada em 1783.

No correr do ano de 1784, Ricardo Franco esteve incumbido de novo trabalho em região pastoril, quando procedeu ao arrolamento da Fazenda da Caiçara, de 740.000 ha, nela encontrando 3.000 cabeças de gado. Essas terras haviam sido adjudicadas à Coroa, poucos anos antes, em virtude de sentença judicial motivada por dívidas de seu proprietário.

* * *

Os trabalhos de exploração e de reconhecimento levados a cabo por Ricardo Franco realizaram-se descendo e subindo rios, perlongando suas margens, vencendo cachoeiras, descarregando e carregando canoas, palmilhando varadouros, atravessando campos e sertões, secos ou alagados, mata densa, enfrentando silvícolas, exaustos,

subindo e descendo alturas, suportando as inclemências, ingerindo víveres estragados, quando os tinham, e sofrendo as conseqüências. Após meses de árduos e ingentes sacrifícios e privações, vinham, então, as tarefas a serem executadas entre as quatro paredes de um esritório técnico, faziam-se os cálculos, delineavam-se os mapas, redigiam-se os diários e os relatórios das expedições.

São numerosos os trabalhos cartográficos elaborados por Ricardo Franco, hábil desenhista. Alguns, nos primeiros tempos, com a colaboração de Joaquim José Ferreira, militar de mesmo posto e, igualmente, desenhista de valor.

Entre as principais cartas e mapas de autoria de Ricardo Franco, com ou sem colaboração, podem-se enumerar nada menos de 15. E não lidou apenas com a cartografia, pois é conhecida uma táboa de coordenadas astronômicas do Brasil, todas por ele próprio coligidas.

Um ou outro de seus desenhos foram refeitos, transcorrido certo tempo, depois de conhecidos pormenores mais exatos e colhidas melhores informações.

Alguns dos trabalhos técnicos não foram assinados. Todavia, minudências neles contidas apontam Ricardo Franco como seu autor.

Os anos de sua elaboração nem sempre constam dos do-

cumentos. Porém, abrangem uma época dilatada, de mais de 20 anos, pois alguns deles levaram mais tempo a se concluírem, devido a freqüentes interrupções.

Originais e cópias, remetidos para Portugal e que lá se encontravam, foram trazidos para o Brasil, no Segundo Reinado, pelo nosso cônsul Duarte da Ponte Ribeiro.

As mapotecas da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, Biblioteca Nacional, Itamarati, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e outras instituições de renome, orgulham-se de possuir, não apenas originais, mas também, cópias dessa notável coleção de cartas geográficas elaboradas por Ricardo Franco. Não poucas mereceram inclusão em páginas do Catálogo da Exposição de História do Brasil, realizada em 1881, no Rio de Janeiro.

Diversas cópias, muitas delas aquareladas, procederam do antigo Arquivo Militar, notabilizada repartição do Corpo de Engenheiros de nosso Exército.

O Imperador, Dom Pedro II, possuía cópias de algumas delas.

Quanto a plantas topográficas ou levantamentos saídos das hábeis mãos de Ricardo Franco, foram encontrados apenas 5, hoje no Arquivo Histórico do Itamarati, trazidos, igualmente de Lisboa, para o Brasil, pelo

nosso cônsul Duarte da Ponte Ribeiro.

* * *

Há, ainda, a considerar um outro tipo de trabalho elaborado em escritório técnico.

Em seus dez primeiros anos de atividades como engenheiro, em Portugal, muitas plantas e desenhos de obras realizou Ricardo Franco, principalmente quando recaíram sobre seus ombros as obras de construção e ampliação de prédios na Universidade de Coimbra.

Sabe-se que plantas e desenhos, acompanhados de memórias, destinavam-se as justificar as construções e as despesas decorrentes. Assim também acontecia no Brasil, mas, os originais desses documentos eram remetidos para a Corte, em Lisboa, com aquele mesmo propósito. As cópias tiradas para a execução das obras ficaram em Mato Grosso. Não mais puderam ser encontradas, lamentavelmente.

Sabe-se, todavia, que entre os anos de 1782 e 1785, esteve a cargo de Ricardo Franco o projeto de algumas obras na sede da Fazenda de Casalvasco, tais como: o palácio ou casa de residência do governador, a capela, o pequeno quartel para a tropa de guarda, e outros próprios da Real Fazenda, sem contar ainda o casario residen-

cial e comercial.

E teriam sido de sua planificação outras obras, em Vila Bela, e, com muita probabilidade, em Vila Maria, nas Fazendas de Casalvasco e da Caiçara, e em outros lugares. É certo, não obstante, que o quartel para alojar a Companhia de Dragões, em Vila Bela, foi projetado por Ricardo Franco.

Deploravelmente, o único projeto que se conhece, elaborado por Ricardo Franco, é o do Forte de Coimbra, de 1797. O original desse projeto foi trazido de Lisboa, igualmente pelo nosso cônsul, Duarte da Ponte Ribeiro, e encontra-se hoje na Mapoteca do Itamarati.

O projeto para a instalação de uma bateria, no outeiro de frente ao Forte de Coimbra, na margem esquerda do rio Paraguai, não chegou a concretizar-se naqueles tempos. Uma cópia dele, de 1811, feita no antigo Arquivo Militar, acha-se, ainda agora, em poder do Exército.

O Presídio de Miranda, que tantas atenções mereceu, é mais uma obra da parte de Ricardo Franco que, em 1806, esboçou o projeto de um forte de alvenaria, para substituir-lhe a velha estacada.

* * *

Todos esses trabalhos, esboços, anotações, desenhos, projetos e plantas, executados

em escritório técnico, eram complementados por trabalhos de redação, repletos de pormenores e informações necessárias à sua feitura e à boa compreensão das áreas exploradas, reconhecidas e levantadas.

A titulação dada originalmente a tais trabalhos de redação variou bastante. Por vezes, tempos mais tarde, ao serem publicados alguns deles, novo título, e até bem diverso, se lhe foi emprestado.

De alguns trabalhos há outras versões e, também, textos corrigidos sobre os mesmos assuntos e, assim como outros, publicados com denominação diversa. Um, pelo menos, veio a lume, compondo ou complementando uma obra elaborada por um colega seu de expedições.

Dentre os títulos inteiros que lhes foram postos por seu autor e aqueles outros com que apareceram divulgados, encontram-se as seguintes palavras de abertura: diário, breve diário, novo diário, diário de reconhecimento, diário de levantamento, diário de diligência, versão, correções, memorial, informações, reflexões, descrição geográfica, idéia, memória, discurso, combinação ou apologia, e parecer. Outros dizeres acompanham cada um desses títulos fragmentados, esclarecendo melhor o leitor a respeito de qual dos trabalhos se trata inteirando, desse mo-

do, a denominação correta da obra.

Ricardo Franco, por certo, teria tido satisfação imensa em ver algum de seus trabalhos publicados. Aqueles que saíram impressos foram, entretanto, obras póstumas.

Se os trabalhos que Ricardo Franco executou ou elaborou podem ser considerados excelentes em seu conjunto, e cada qual excelente por características e méritos próprios, dois deles, em particular, devem merecer destaque e referência. São eles, por inteiro intitulados:

- 1º — Memória ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente-Coronel Engenheiro, em 31 de janeiro de 1800;
- 2º — Parecer sobre o aldeamento dos Índios gaucurus e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes.

No primeiro desses dois trabalhos, a Memória, verifica-se a perfeita aliança entre o geógrafo e o soldado.

Aconteceu que Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o novo Governador e Capitão-General, nomeara Ricardo Franco, em fins de 1797, para o comando da Fronteira Sul, a mais

ameaçada da Capitania naqueles últimos tempos.

Entre as instruções recebidas pelo recém-nomeado comandante, ressaltavam: a tensão política existente na Europa entre Portugal e a Espanha e seus reflexos nas possessões sul-americanas; o estudo das regiões da Capitania mais suscetíveis de conflitos armados; dando importância aos aspectos políticos e militares; a previsão de possíveis operações ofensivas por parte do adversário; o plano de defesa e, caso necessário, o de contra-ofensiva e invasão do território inimigo.

Durante três meses e pouco mais, debruçou-se Ricardo Franco sobre o longo, minucioso e completo relato que submeteria ao Governador, Caetano Pinto, com a data de 31 de janeiro de 1800. No preâmbulo, em breves palavras, focalizava o quadro dos elementos essenciais ao estudo de um teatro de operações. Em seu teor, uma insinuação que, atualmente, se incluiria no rol das cogitações de ordem geopolítica, porquanto referentes à posse de territórios inimigos, posse essa capaz de compensar as despesas da guerra, ou para ser de utilidade, tanto para as condições em que se encontrava a Capitania, quanto para a sua futura segurança e ampliação.

Para alguém formular um Plano de Defesa da Capitania,

tornava-se mister conhecer bem a geografia militar das regiões com influência, direta ou indireta, na guerra. Ricardo Franco ocupou-se desse aspecto do problema. E com que conhecimento ele o pôde fazer! Valeu-se das noções adquiridas ao longo de 19 anos de residência em Vila Bela, quando, por tantas vezes, se vira empenhado no reconhecimento e configuração de numerosos rios e terrenos confinantes com as possessões espanholas e, ainda, na elaboração de mapas geográficos, de diários e relatórios, achando-se, sempre, na chefia dessas expedições sertanejas. E aproveitou-se, também, das noções aprendidas na Academia Militar, e de tudo aquilo que absorvera na leitura refletida de obras versando sobre assuntos castrenses.

E Ricardo Franco descreve o que já viu e o que sabe a respeito. Faz considerações. Tece comentários. Reporta-se a fatos históricos bem ilustrativos. Assinala pontos do terreno e acentua-lhes a importância estratégica. Presta informações sobre as defesas e tropas inimigas.

Revelam-se e avultam, nessa Memória, as qualidades e a competência de seu autor, verdadeiro oficial de estado-maior, talhado para funções no alto-comando.

O segundo trabalho, o Parecer, deveu-se à recomendação

feita pela Corte portuguesa a Caetano Pinto, para que promovesse o aldeamento dos Índios que mais de perto convivessem com as guarnições de Miranda e Coimbra. É que, por volta de 1800, tão grande era a carência de trabalhadores e colonos para a formação e desenvolvimento de novas povoações, que as autoridades buscaram meios de tornar esses Índios úteis à agricultura e à mineração. E precisavam informar-se, pormenorizadamente.

O Governador confiou o estudo do delicado problema a dois de seus mais abalizados conhecedores, ambos de toda confiança, os quais, de perto, e por muito tempo, viviam a lidar com os silvícolas: Ricardo Franco, em Coimbra e, Rodrigues do Prado, em Miranda. Acrescenta-se que Rodrigues do Prado convivera mais diretamente com os Índios por anos e anos a fio. Como já escrevera, em 1795, uma monografia, a "História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaicuru", foi rápido e conclusivo. Em menos de 5 meses pôde elaborar a sua resposta. Encarou de modo favorável a solução do problema. Propôs que o aldeamento se fizesse na região de Miranda, onde os Índios teriam facilidade para mudar de pastagem os seus animais. Os silvícolas se poderiam animar, além disso, pelo exemplo dos portugueses, ali esta-

belecidos, e dedicar-se, de igual modo, à agricultura, pois que as terras eram férteis. Sugeriu que se enviassem famílias de colonos agrícolas para se fixarem nas glebas. Seus hábitos de trabalho e economia seriam exemplos vivos para os Índios. E fez suas recomendações quanto à maneira mais apropriada de tratar os nossos ameríndios.

Cerca de três anos levou Ricardo Franco para encaminhar a sua resposta. Além de muitíssimo ocupado, desejou, criterioso como sempre, observar os Índios em questão ainda mais detidamente, conquanto já conhecesse bem seus usos, costumes e mentalidade.

Ricardo Franco detestava os guaicurus. Foi levado a esse sentimento pela petulância, soberba, dissimulação e crueldade desses silvícolas, que se julgavam de condição superior à das outras tribos. Os guaicurus, ele bem sabia, haviam resistido a repetidas tentativas dos jesuítas para aldeá-los e instruí-los.

Mas, como poderia Ricardo Franco, nas circunstâncias do momento, ser contrário ao aldeamento, sujeição e trabalho agrícola por parte desses Índios, se ele próprio havia se servido dos mesmos, anteriormente? Servira-se, com efeito, mas tão-somente baseado naquilo que estava na índole e feitio deles:

a espionagem e a vigilância com relação aos espanhóis.

As razões expostas por Ricardo Franco assentavam na fragilidade humana. Dois eram os pontos sensíveis. Um, o desenfreado dos guaicurús. O outro, a incapacidade e inidoneidade daqueles que houvessem de lidar com os índios aldeados.

A expulsão dos jesuítas, consumada pelo Marquês de Pombal, acarretara enorme retrocesso à instrução, educação e evangelização nas colônias, questões estas tão bem encaminhadas pelos inicianos entre as populações, indígenas ou civilizadas. Os leigos, que os substituíram nesses mistérios, jamais se igualaram aos religiosos, em qualquer terreno. Eram fatos sobejamente conhecidos, antigos de mais de trinta anos.

Ricardo Franco, é bem verdade, reconhecia e externava ser indispensável a manutenção da amizade dos guaicurús. O experimentado Chefe não desprezava a séria advertência, sempre no ar: o domínio da Fronteira Sul estará assegurado para aquele dos confrontantes, espanhol ou português que conquistar a preferência dos guaicurús.

Caetano Pinto discordou, em parte, das razões invocadas por Ricardo Franco. Todavia, com o passar do tempo, as dificuldades que o insigne soldado apresentara para a solução do

problema mostraram-se verdadeiras. Jamais puderam ser desfeitas nem sequer contornadas. Os guaicurús, soberbos e aguerridos, mantiveram-se apegados a seus usos, costumes e mentalidade. Foram vãos os esforços para trazê-los para a civilização.

* * *

Ricardo Franco demonstrou ser de grande valia para os chefes com que serviu. De modo especial, os governadores e capitães-generais das capitanias em que esteve servindo efetivamente ou apenas de passagem.

Confiados em sua competência, discernimento, retidão e compostura moral, esses governantes o consultavam nos graves problemas com que se deparavam, fossem eles técnicos, militares, civis, administrativos ou políticos. Entravam aí também fatores de ordem psicológica. Ricardo Franco testemunhava apreço a seus chefes, tratava-os com cortesia, atendia com solicitude as imposições do serviço e executava bem as missões a seu cargo. Assim procedeu, isento de interesses subalternos ou vã lisonja, estivesse junto ou longe da pessoa dos chefes. Seu modo de proceder não se alterou durante os 28 anos passados no Brasil, e subordinado a 5 diferentes e su-

cessivos governadores da Capitania de Mato Grosso.

É verdade que a maior cópia de serviços prestados por Ricardo Franco esteve circunscrita, mais de perto, às suas atividades referentes às expedições sertanejas. No entanto, por duas ocasiões, ocupou o lugar que lhe competia na Junta de Governo, uma administração tríplice, que assumia os encargos vacantes, por morte ou impedimento grave dos capitães-generais.

Dois foram os períodos de governo que exerceu conjuntamente, durando, um deles, 8 meses e 11 dias, e o outro, 11 meses e 6 dias. E devem ter-lhe sido grandemente proveitosos, capacitando-o, outrossim, na área civil, em que pouca experiência exercitara efetivamente.

* * *

Ricardo Franco habilitara-se em engenharia pela Academia Militar, na mesma Instituição em que se formara oficial de arma combatente. Galgara, em seguida, os sucessivos postos da hierarquia, e contava longo tempo de serviço militar. Ao atingir o tenente-coronelato, só se empenhara em atividades de caráter puramente civil e essencialmente técnico. E sua espada, símbolo da autoridade e do comando, até aí, não tinha sido desembainhada e brandida. Seu portador não se calejara nas li-

des da militância. Nem exercera comando de tropa. Não enfrentara inimigos armados, e nem sentira o cheiro acre da pólvora queimada do adversário. O asombro de balas e o estouro de bombas e granadas não lhe tinham soado aos ouvidos em época de guerra. Não gozara o júbilo que invade e inunda a alma do vencedor. Não se convertera em herói reconhecido e aclamado. Jamais se rendera. E nunca precisara esconder a pecha e a vergonha de vencido.

Nem por isso deixara de dar provas de notável intuição política e militar, de seus dons de observação e de qualidades de chefe. Tampouco se descurara das boas leituras versando sobre assuntos castrenses, suprimindo-se, com a auto-aprendizagem, daquilo que não lograra obter nos bancos acadêmicos, ou do quanto a modernidade ia fazendo surgir.

Estava em dia com as obrigações da carreira abraçada. Assim é que pôde apresentar sua Memória sobre a Capitania, nela incluindo o seu Plano de Defesa, em breve prazo, sinal de que tais assuntos eram-lhe de cogitação permanente.

Assim, pois, estando revestido de duplo caráter, o de soldado e o de engenheiro, jamais se descurou de sua cultura integral, tanto a militar quanto a técnica.

Ricardo Franco encontrava-se no Brasil havia 15 anos ininterruptos. Vivia, então, numa capitania mediterrânea, longínqua, de difícil acesso, privado de todo conforto e assistência. Tinha sido empenhado em várias expedições sertanejas, das quais se desincumbira da chefia, da execução de misteres de geógrafo, da redação dos documentos descritivos e da feitura da cartografia. Fora designado para outras diligências também, mas de menor envergadura, todas elas de capital importância. Agora, estava sofrendo de moléstias contraídas em objeto de serviço. Seus três outros companheiros de Comissão Demarcadora já tinham regressado. Só ele permanecera no Brasil. Então, redigiu e assinou um requerimento solicitando seu retorno para a Metrópole. Alegou, no teor da petição, que as moléstias contraídas aqui, no Brasil, aqui mesmo não se poderiam curar. Solicitava, por conseguinte, autorização para voltar para a Corte, a fim de se tratar, curar e poder ser útil ao real serviço outra vez.

Solicitação atendida, porém, o requerente não logrou embarcar de regresso. Entre a remessa do pedido, o encaminhamento burocrático e a chegada do despacho a Vila Bela, um lutooso acontecimento: a morte do Governador e Capitão-General de Mato Grosso, João de Albu-

querque de Melo Pereira e Cáceres, irmão do grande Luís Alberto e seu sucessor no governo da Capitania. Uma horrível doença, contraída em Vila Bela, causara a morte prematura dessa alta autoridade.

O novo governador, ainda não bem a par dos assuntos da Capitania, viu-se na contingência de não poder dispensar colaborador de tantos préstimos e altamente conceituado. E Ricardo Franco se submeteu. A retenção prenunciava-se pouco duradoura, todavia, ele permaneceu aqui, sem se afastar de Mato Grosso e do Brasil, prestando relevantes serviços, sem recriminações, com idêntico ardor e dedicação integral.

Vai surgir, nesta fase de sua vida, excelente oportunidade para revelar-se como soldado, como comandante de tropa, como combatente denodado.

* * *

Ricardo Franco privou da confiança e da intimidade dos capitães-generais, governadores da Capitania de Mato Grosso, mercê de suas altas qualidades de técnico, soldado, homem de caráter, experiente, devotado totalmente ao cumprimento do dever. E ele, por seus conhecimentos, bom senso, franquesa, e lealdade, tornara-se valioso assessor junto aos sucessivos

governadores, os quais, a miúdo, o consultavam.

Em decorrência, durante as suas estadas em Vila Bela, teve oportunidade de se enfronhar, mais pormenorizadamente, nos negócios da Capitania, de conhecer e de apreciar as questões de limites, as reações dos confrontantes, e dos três graves acontecimentos em que se tinham envolvido espanhóis e portugueses, em tempos não muito recuados, por causa da ocupação e posse daquelas vastidões.

A Capitania encontrava-se perigosamente exposta, no Sul (Rio Paraguai) e no Oeste (Rio Guaporé), a ataques desfechados contra os trechos desguarnecidos de suas fronteiras ou contra a maioria de suas fragilíssimas obras de defesa.

Quando teve notícias mais evidentes da aguda tensão política reinante na Europa, em que Portugal e a Espanha também se tinham enredado, o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, embora recém-chegado a Vila Bela e novo no cargo, não vacilou em afastar da Capital o seu eficiente colaborador, e designou-o para as funções de Comandante da Fronteira Sul e do Presídio de Coimbra. Naquela emergência, ali é que se impunha a presença de um chefe de escol como Ricardo Franco, pois a fronteira do Rio Paraguai requeria todas as

atenções nessa época. Tudo indicava que o perigo, se viesse, viria por aquelas bandas.

* * *

Ricardo Franco chegou a Coimbra a 11 de agosto de 1797. Assumiu o comando da Fronteira Sul, a do Rio Paraguai e, cumulativamente, o do Presídio de Coimbra. Já desembarcou doente. Mal convalecido, saiu a serviço no campo. A fregem agravou-lhe o estado de saúde. E só melhorou nos últimos dias do mês.

Retomou às atividades. Assenhoreou-se da situação. Estivera em Coimbra uma única vez, em 9 de julho de 1786, ao realizar a 3ª expedição sertaneja. Ali, no interior da paliçada no Presídio, os expedicionários repousaram alguns dias. A chuva incessante, o frio intenso e as grandes inundações dificultaram os trabalhos de campo. Ricardo Franco não pôde, então, fazer uma idéia precisa das condições do terreno circunvizinho e as do presídio. Ei-lo, agora, 11 anos mais tarde, ali mesmo, em comando acumulado e de vital importância, em hora de graves apreensões.

Viu, inspecionou, detidamente, soube de perto e pessoalmente, das condições em apuro. E não gostou. Era mister tomar, ao menos, duas providências capitais e urgentes.

Passou a agir. Já a 2 de setembro podia remeter ao Governador o plano geral de um novo forte, os desenhos respectivos e as notas justificativas e explicativas. Um estudo pormenorizado e completo.

Tudo aprovado, Ricardo Franco, a 3 de novembro de 1797, assentou a pedra angular das muralhas do novo forte, uma construção de caráter permanente, de alvenaria de pedra, em substituição à débil estacada existente. Essa estacada fora erguida como obra de emergência, frágil, em lugar baixo, sem comandamento, e sujeita a ser surpreendida e escalada pela retaguarda. Encontrava-se, ao ser inspecionada pelo novo comandante, em precárias condições. Erguer esse novo forte deveria ser, portanto, a sua primeira providência e a mais premente.

Não obstante, não bastava erguer essa nova obra de defesa. E, então, tomou a segunda providência. O Ajudante Francisco Rodrigues do Prado, a quem substitufra no comando em Coimbra, era, igualmente, um militar de escol. Estivera no cargo durante os cinco anos anteriores. Revelara-se conhecedor abalizado dos problemas da região. Desempenhara, com sucesso, seguidas vezes, missões especiais, perigosas, na busca de informações, em pleno território inimigo. Tinha iniciativa, era inteligente, dedicado e reso-

luto. Ricardo Franco atribuiu-lhe a missão: deslocar-se para as margens do Rio Mondego e, na do lado direito, fundar, também a 3 de novembro, o Presídio de Miranda. Comemorava-se, nesse dia, o primeiro aniversário da chegada do novo Governador.

Já, agora, com tais providências, o Comando da Fronteira Sul via melhorado o seu sistema de defesa, porque Coimbra, Albuquerque e Miranda estavam conjugadas.

A 22 de dezembro de 1797, mesmo sem dispor de todo pessoal obreiro, Ricardo Franco deu início à construção da muralha. O mestre pedreiro, prometido pelo Governador, ainda não chegara. Ricardo Franco, ele mesmo, sim, o próprio tenente-coronel comandante da Fronteira e do Forte, seu projetista e construtor, empunhou a ferramenta, pegou no material, e fez as vezes do mestre ausente. Notável senso de responsabilidade e de oportunidade! Que exemplo para todos ali presentes, operários e militares!

As obras vão progredindo, claudicantes. Falta pessoal especializado. É preciso improvisar. Há carência de material. As chuvas e o frio interrompem os trabalhos. É necessário expedir gente em missões no campo. O terreno desigual dificulta o erguimento da muralha. A obra vai-se arrastando por quase dois anos.

Ricardo Franco não desanimava e continuava a fazer-se de mestre pedreiro. Outras vezes, de carpinteiro. Pedra e barro não lhe faltavam por ali. Mas vivia às voltas com carência de ferramentas e ferragens, até de subsistência. Necessitando de trabalhadores braçais, engaja no serviço pesado os integrantes da própria guarnição. Seus uniformes se sujavam e estragavam no manuseio do material. Calças e camisas para seus soldados, ele as obtinha com o aproveitamento da sacaria de algodão da embalagem de gêneros vindos de Cuiabá. As condições financeiras da Capitania estavam em declínio. Ricardo Franco, inteirado disso, evitava que a Real Fazenda fizesse despesas e restringia o que ela podia despendar.

O serviço era pesado, embrutecedor, fortemente rotineiro. Para animar seus atarefados e extenuados obreiros, Ricardo Franco comprava, e pagava, com seu magro soldo, dois dos produtos mais apreciados por aquela gente humilde, rústica e trabalhadora. E, de quando em vez, distribuía um naco de fumo e um gole de aguardente. Com isso, conseguia mitigar as agruras do labor de seus auxiliares. E, acima de tudo, Ricardo Franco revelou capacidade de transformar aqueles homens rudes em aceitáveis carpinteiros e pedreiros, os quais, anteriormente,

desconheciam esses ofícios.

As obras progrediam, porém lenta e penosamente. A assombrosa dedicação do grande soldado e sua constante atividade é que não conheciam esmorecimento. Nem a doença, as febres que o assaltavam; a maleita, faziam-no vergar. Seu exemplo vivo, permanente, era a mola impulsionadora do erguimento do forte. E sua muralha de pedra vai surgindo, a 130 metros à esquerda da frágil estacada, em posição vantajosa, a cavaleiro do saliente do morro, enfiando, pela vista e pelos fogos, longo trecho de uns 10 km do Rio Paraguai abaixo.

* * *

As obras vinham progredindo, lenta e penosamente. A muralha ainda não apresentava continuidade. A gola ou cortina da tenalha da montanha, à retaguarda, não estava concluída. No recinto, nenhum espaço coberto, nem compartimentos para alojar a guarnição, arrecadar o material diverso, proteger o armamento leve, estocar a munição, empaioar a pólvora. O forte, pois, constitua-se, apenas, de uma grossa muralha, um quadrilátero de perímetro não totalmente fechado.

Na Europa, complicações e efervescências políticas, vitórias guerreiras de Napoleão, guerra declarada, novas alianças e tra-

tados de paz. Seus reflexos, a se fazerem sentir nas possessões sul-americanas, onde as notícias demoravam a chegar e chegavam mais depressa às mãos de uns dirigentes do que às de outros.

Lazaro de Ribera, nessa época governador do Paraguai, era, de há muito, um velho conhecido de nossas autoridades no Mato Grosso, pois fora governador de Moxos (a Bolívia de hoje), província espanhola confrontante no Guaporé. Não levava vantagens, então, e, agora, se propunha à desforra. A notícia da guerra na Europa lhe chegara por intermédio das autoridades espanholas rio-platenses. Em Vila Bela, nada ainda se sabia.

Lazaro de Ribera esposava, como plano do governo, desalojar os portugueses de Coimbra e Albuquerque e, com isso, ocupar todo o sul de Mato Grosso. Dispunha, então, de melhores recursos do que anteriormente, em Moxos, e preparou-se para tomar o sul daquela Capitania de armas empunhadas, fazendo correr dali os portugueses.

Ricardo Franco mantinha-se alerta. A paz firmada com os guaicurus, tempos atrás, e os maltratos que lhes infligiam os espanhóis garantiram aos portugueses a amizade e a colaboração desses silvícolas. Um deles, de nome Mixinica, encontrava-se, por acaso, nas proxi-

midades de Concepción, cerca de 600 km de Coimbra. Pôde presenciar a progressão fluvial da frota castelhana, com suas tropas de desembarque, e compreendeu do que se tratava. Em sua frágil canoa, com poucos tripulantes, navegou, rio Paraguai acima, para dar aviso no Forte de Coimbra, onde chegou a 29 de agosto de 1801.

Advertência de última hora, mas sempre oportuna. Os espanhóis, assim, não gozariam da vantagem da surpresa tática. Disposta ou não a expedição espanhola a atacar Coimbra, Ricardo Franco tomou suas providências. Sem perda de tempo, determinou um reconhecimento rio abaixo.

Mandou índios fiéis, para não minguar sua reduzida guarnição. Quinze dias passados sem informações, determinou outro reconhecimento, este, agora, por militares, em suas canoas. Partiram a 12 de setembro. No dia imediato, de madrugada, a 60 km do forte, viram-se atacados por mais de vinte canoas com espanhóis e paiaaguás. Os nossos não se rendem. Com oito tiros matam alguns contrários e calam os outros que lhes exigiam rendição. À toda força de remos, regressam e chegam a Coimbra no dia 14.

As informações davam Coimbra como objetivo da frota. E o forte estava inacabado, sem

condições de habitabilidade, desprovido de instalações para o combate, privado de artilharia grossa, falho de suprimentos e insuficientemente guarnecido.

A 13 de setembro, Ricardo Franco enviou um comunicado às autoridades em Cuaibá, as mais próximas e com mais recursos. Participava o quanto lhe chegara ao conhecimento. Solicitava que encaminhassem pedidos de providências a Vila Bela, que lhe remetessem tudo que solicitara anteriormente, mais do que nunca necessário nas emergências do momento.

Nos dias 14 e 15, retirou da paliçada tudo quanto era de serventia e o transportou para o recinto amuralhado.

No dia 16, foram avistadas as três sumacas, o grande barco e 20 e tantas canoas pequenas. Era a frota castelhana. Uma grande força armada, sem dúvida.

Por volta das 4 horas da tarde, quando as embarcações se mostraram mais a favor, Ricardo Franco mandou disparar um tiro com a peça de calibre 1. Ao mesmo tempo, fez içar a bandeira do forte.

As embarcações espanholas desprezaram o tiro e o içamento, sinais de advertência. Um segundo tiro disparado do forte. A artilharia das três sumacas respondeu ao fogo e o manteve até às 18 horas. Por não se sentirem atingidos pelos

fracos tiros do forte, os espanhóis continuaram a velejar, rio acima. Fundearam junto à margem oposta, duzentas braças distantes do Forte de Coimbra. Ia se fazer noite.

Na manhã do dia imediato, às 8 horas, uma bandeira branca foi içada na capitânia. Dela desatracou uma canoa. Dentro da mesma, um parlamentar, portador de uma mensagem. Não contém ela palavras de boas intenções e nem de cordialidade. Traz escrita a intimação do comandante espanhol. Bombástico, arrogante, autoritário, exige ele a rendição incondicional. Concede o prazo de uma hora para receber resposta afirmativa. Se rejeitada, Coimbra e seus ocupantes seriam bombardeados, abatidos a tiros de canhão e passados a fio de espada.

A resposta de Ricardo Franco é modelar. Em redação concisa e forma elegante, não deixa, todavia, de ser categórica, conforme desejo do Coronel Lazaro de Ribera.

A resposta de Ricardo Franco é mais uma afirmação de seu caráter, de sua personalidade invulgar. Ela revela sua educação e formação. Demonstra o acatamento à hierarquia e prerrogativas de seu desafiador, conquanto insolente. Mostra o respeito com que acolhe o documento espanhol e o seu teor, pois nada comenta, e empresta dignidade ao que ele próprio re-

digiu. Sem basófia, expõe, às claras, domínio sobre si mesmo, sua força de vontade e determinação, coragem inquebrantável, confiança em si próprio e em seus comandados, aceitação do sacrifício de suas vidas, desprezo pela morte inglória, e sua elevada noção do dever.

O teor de sua resposta merece ser lido na íntegra. A leitura deve ser repetida, amiúde, e seu conteúdo, longamente meditado.

Eis os termos em que sua resposta foi vazada:

"Tenho a honra de responder categoricamente a V. Exa. que a desigualdade de forças sempre foi um estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos, e a defendê-los até as suas extremidades, ou de repelir o inimigo, ou a sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes que lhes confiaram. Nesta resolução se acham todos os defensores deste Presídio, que têm o prazer de ver em frente a excelsa pessoa de V. Exa. a quem Deus guarde muitos anos. Coimbra, 17 de setembro de 1801. — Ilmo. e Exmo. Sr. D. Lazaro de Ribera. — Ricardo Franco de Almeida Serra".

Depois da troca de mensagens, para os de cá e os de lá, só restava bombardear, combater, atacar, defender, perder, vencer, morrer ou viver.

A resposta foi dada de imediato. Nada mais havia a ponderar. A decisão competia ao comandante. Ele sempre soubera conduzir os seus soldados, e eles o seguiriam, uma vez mais. Assim, pois, restava, apenas, o cumprimento do dever, lição que ele permanentemente lhes ensinara, com o bom exemplo.

* * *

Bem se pode imaginar a frustração de Don Lazaro. Já se julgava ele com direito aos louros da vitória, e vem aquele bando de mal apetrechados a ousar fazer frente a forças castelhanas em superioridade total.

Esquecera-se o governador espanhol que, embora carente de tudo, devia sobrar ao Forte de Coimbra um comandante de rija ténpera, soldado de escol, conhecedor da arte da guerra, engenheiro consumado, construtor daquela muralha inconclusa que, mesmo assim, anteparava a sua guarnição, e que esta saberia cumprir com o seu dever.

O bombardeio espanhol começou, e mais vivo. Assim prosseguiu, dia e noite, nas jornadas seguintes. As embarcações de Don Lazaro podiam manobrar livremente, ora abaixo

ora acima do forte. As balas de nossa artilharia não logravam atingi-las.

No dia 18, um golpe de mão, para sondar as condições de defesa e o grau de combatividade da guarnição de Coimbra. Pequeno destacamento espanhol, em canoas ligeiras, deveria tentar um desembarque a uns 100 metros a montante do forte. Ao meio-dia, as sumacas levantaram ferro, postaram-se além do meio do rio, e desencadearam nutrido bombardeio contra o forte. Durante 3 horas, buscaram assegurar apoio e cobertura à tropa de desembarque.

Os defensores, todavia, mantinham-se à espreita. As primeiras canoas espanholas, aos tentarem embicar na margem, foram alvejadas por cerrada descarga de mosquete, vinda do alto da muralha. Resultado: 6 a 8 espanhóis atingidos caíram ao rio e, os demais, surpresos, alarmados e medrosos, trataram de abrigar-se nas embarcações maiores. Sem terem disparado um único tiro!

Nesse mesmo dia, 18, nova tentativa de desembarque, cerca de 1 km a jusante do forte, em local bem mais favorável, fora do alcance de seus canhões e mosquetes.

As sumacas desceram o rio. Numa barranca desembarcaram contingentes fardados e armados. Uma patrulha do forte,

saía para reconhecer essa força castelhana, alvejou-a a tiros de mosquete. Os contrários recuaram, em desordem, para as canoas. E elas se mandaram para as sumacas. Uma destas, devido ao pânico que nela se estabeleceu, procurou ganhar distância. Manobra mal feita expôs, aos tiros de terra, os contingentes que reembarcavam. Pânico e confusão generalizada forçaram o recuo das embarcações grandes para o meio do rio, e, depois, à noite, o recolhimento ao seu ancoradouro na margem esquerda.

Malgrado os insucessos do dia, o comandante castelhano insistiu na operação de desembarque. Precederam-na de intenso bombardeio contra o forte, constante, porém vago. Ao cessar fogo, levantaram ferro, foram, rio abaixo, fundear junto à margem direita, em frente à horta, cerca de 800 metros a jusante do forte. E recomeçaram o bombardeio, nos dias 19, 20 e 21. Um contingente saltou em terra, laçou e matou, vacas, porcos e outros animais, e levaram-nos todos para bordo. Na horta, provisionaram-se de cebola e couve. Animados, pretendiam prosseguir o avanço por terra. Uma patrulha do forte, emboscada por perto, descarregou suas 10 armas contra os intrusos. Resultado: 1 morto, 2 mortalmente feridos, e outros 3, com menor gravidade. Todos

eles recolhidos para as embarcações grandes.

O continuado bombardeio prosseguiu, ainda a 22, com toda a artilharia de bordo. Uma sumaca, que se destacara para mais perto, foi atingida por fogo ativo de uma peça do forte, de calibre 1. Por elevação, alguns tiros a acertaram. Recebeu ordens de não se afastar. Puderam constatar nossos artilheiros que ela, atingida, começava a fazer água.

Os canhões do forte não mais dispararam sobre ela. Só lhes restavam, 23 balas desse calibre. Pouparam-nas, enquanto se moldavam outras, de chumbo, para disparar em momento mais crítico.

No correr da tarde de 22, e durante a jornada de 23, os atacantes suspenderam as operações, forçados por fortes ventos e tempestade.

De parte a parte, esse interregno foi bem aproveitado para consertos, limpeza, arrumação, carregamento de cartuchos, moldagem de balas, abastecimento de água, lenha, víveres, curativo nos feridos, quem os tivesse, e sepultamento dos mortos.

Nesse dia, 23, chegou uma carga de 140 alqueires de milho, mandada de Miranda. Ricardo Franco ordenou o abate das 12 vacas escapes da matança e rapina dos castelhanos. Esse era todo o suprimento para alimentar os 109 homens da guarnição

e os índios amigos. Acompanhava a carga uma mensagem de Rodrigues do Prado, o Ajudante no comando do Presídio de Miranda, prestando informações sobre pessoal e tropa de gado a caminho, entravada a expedição por percorrer campos alagados.

Com a melhoria do tempo, no dia 24, as sumacas se movimentaram, às 15 horas. Tomaram formação de batalha, bem próxima ao forte, e descarregaram toda sua artilharia sobre ele. Uns 100 tiros de suas peças, de calibre 4, 6 e 8.

O forte permaneceu calado. Seus pequenos canhões não tinham alcance suficiente. As sumacas manobram, desceram o rio, aproximaram-se da margem direita e fundearam. Mantiveram-se quietas, todavia.

Lá pelas 21 horas, dentro da noite escura, inusitado pronunciamento partiu das embarcações espanholas. Uma retreta a bordo! No silêncio da noite, ouviu-se a música de um oboé, compassada por batidas de zabumba.

O pessoal do forte não cuidou de interpretar os motivos desse pronunciamento. Das fileiras de seus defensores surgiram músicos e instrumentos: 2 tambores, rabeca e flauta, integraram-se musicalmente e se fizeram ouvir.

Não mais silvos de balas, estouro de granadas e bombar-

feridos, agonizantes, mortos e gemidos. Sons mais melódiosos e agradáveis fluíam no ar, irmanando, na música, os contendedores de pouco antes.

Não muito depois, a guarnição do forte, ainda embalada pela música, percebeu ruídos característicos de aprestos para levantar ferro. A frota castelhana começava a descer o rio Paraguai. Ela estacionou, ainda, cerca de 20 km ao sul, de onde prosseguiu em retirada, rumo a Assunção.

O Forte de Coimbra estava salvo! Sua guarnição diminuta aceitara o combate desproporcional, de 8 vezes contra 1. Resistira, heroicamente, durante 9 dias e 9 noites. E triunfara.

Seu comandante, soldado de valor e valentia, de elevada noção do dever, e católico de inabalável confiança em Nossa Senhora do Carmo, Protetora do Forte de Coimbra, saíra vencedor.

* * *

A vitória dos combatentes, portugueses e brasileiros, encerrados entre as muralhas de uma fortificação inacabada, ressoou em todas as guarnições, lugares, vilas e cidades da extensa Capitania de Mato Grosso. Nelas todas realizaram-se solenidades comemorativas e de ação de graças.

O Capitão-General e Go-

vernador Caetano Pinto, na correspondência oficial, em 1801 e 1802, prestou informações pormenorizadas a Lisboa sobre o extraordinário feito de armas. Nesses documentos ele soube realçar a bravura e a serenidade de Ricardo Franco e a oportunidade das providências por ele tomadas com relação à Fronteira Sul e aos núcleos fortificados espanhóis nas proximidades.

O regozijo das autoridades governamentais em Mato Grosso e em Lisboa pode ser avaliado pelas recompensas com que contemplaram vários dos combatentes de Coimbra e de Miranda.

Ricardo Franco, por exemplo, foi promovido ao posto de Coronel, agraciado com o Hábito da Ordem de São Bento de Avia, e mais, pois receberia, também, trezentos mil réis de Tença anual, nas comendas vagas.

* * *

O tratado de paz, contudo, não trouxe tranqüilidade para Portugal na Europa. Mas o Brasil passou a desfrutar de não pequenas vantagens, em linha fronteiriça e zona missioneira, no Sul, e a consolidação de posições em Mato Grosso.

Houve, de fato, um outro motivo de alarma. Tomavam-se medidas acauteladoras. Verificada a improcedência do so-

bressalto, os dias de calma voltavam a reinar.

Em razão desses altos e baixos é que Ricardo Franco foi mantido no comando da Fronteira Sul. Na verdade, e por todas as razões, seu lugar, agora, deveria ser em Vila Bela, ao lado e junto da mais alta autoridade, para seu assessoramento.

Os anos de 1803 a 1805 transcorreram sossegados. Em 1806, aumento de preocupações, por motivo dos ataques ingleses aos portos de Buenos Aires e Montevidéu.

Ricardo Franco não perdera seu dinamismo e visão de militar. Não se descurava. Impulsionava, o quanto podia, as obras do Forte de Coimbra; submeteu a guarnição do forte e um outro contingente ali chegado a exercício combinados, de artilharia e infantaria, nas vizinhanças de Coimbra; e procurava melhorar as condições defensivas do Presídio de Miranda e da Povoação de Albuquerque.

Em novembro de 1806, ordem para passar o comando e partir para Vila Bela. Cabia-lhe, como mais antigo, e pela segunda vez, integrar a Junta de Governo da Capitania.

Demorou-se, ainda, no forte. Por conseguinte, só de 12 de dezembro de 1806 até 18 de novembro de 1807, esteve, realmente, nessas funções na Junta. É quando chega e toma posse o novo Capitão-General e

Governador, João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg, este chefe mantém Ricardo Franco em Vila Bela, até abril de 1808, porque necessitava de sua presença na Capital, para assessorá-lo durante os primeiros tempos de seu governo.

Novas tensões na Europa, em 1807 e 1808, em consequência da invasão da Península Ibérica por tropas francesas, acarretando a vinda da família real portuguesa para o Brasil, e sediando-se a corte no Rio de Janeiro.

Esperava-se que graves acontecimentos surgissem na América, em decorrência da invasão francesa. Por isso, o novo Governador viu-se na contingência de privar-se de tão valioso assessor para nomeá-lo comandante da Fronteira Sul e do Forte de Coimbra. Estava em jogo a segurança da Capitania. E esta, quase desprovida de homens, mormente de homens capazes, ainda era forçada a sacrificar aqueles poucos que se revelavam mais eficientes e dedicados.

* * *

Ricardo Franco chegou ao Forte de Coimbra no dia 10 de maio de 1808. Fez uma viagem horrível. Suportou dias e dias de chuvas intensas. Venceu grandes atoleiros. Varou cursos d'água a nado. Viu-se acometido,

assim como seus acompanhantes, de ataques de maleita. Teve de contentar-se com o reduzido número de canoeiros encontrados. Só o percurso fluvial era da ordem de uns 1.000 km, e gastou mais tempo do que calculara para transpor todas as dificuldades.

Soldado de fibra extraordinária, no dia seguinte ao da chegada, ainda sem se ter recuperado da fadiga e dos transtornos da viagem, assumiu os comandos, do Forte e da Fronteira, e começou a inspecionar, a tomar providências e a dar ordens. Estivera ausente por cerca de um ano e meio. E havia muita coisa a ser feita.

O grande, ardoroso e dinâmico soldado não sabia se poupar. Já completara seus 60 anos de idade. Quase a metade deles, 28 anos ao certo, ele os passara nas Capitânicas do Norte e na do Oeste. Realizara todos os trabalhos de que o incumbiram. Não tivera substituto nem folgas. Submetera o corpo a tudo quanto lhe poderia ter sido adverso. Enquanto mais moço e forte, reagira bem. E, agora, expunha-se uma vez mais. Seu organismo, porém, encontrava-se debilitado, desgastado, e não respondia, favoravelmente, aos poucos cuidados que se podiam prestar naquela guarnição longínqua e balda de recursos. E ele nem se deslocara, enquanto parecia haver oportunidade, para

um lugar mais salubre, dotado de mais conforto e assistência.

Fortes ataques de febre intermitente se renovam, e o enfraquecem ainda mais. Sobre vêm dores de cabeça continuadas. Vômitos e diarreia acusam a ingestão de alimentos deteriorados e a ação do beribéri. A desnutrição torna-se evidente. Sua saúde já não agüenta tantas agressões. Sua resistência orgânica se vai abalando.

A correspondência oficial contém passagens referentes a seu estado de saúde. Não pode esconder o que se passa com ele, em virtude dos comandos que desempenha. O clima, as endemias, a falta de recursos e a alimentação imprópria não poupavam a população. O Governador, Oeynhausien, também anda adoentado. Mas não trepida em enviar seu próprio médico para atender aquele enfermo, tão especial e importante quanto ele mesmo, o Governador.

Ricardo Franco, por sua vez, sabendo que o Capitão-General está enfermo, quer dispensar o doutor, a fim de que este regresse para a cabeceira do ilustre doente, por cuja saúde o subordinado se preocupa grandemente.

Dois homens de valor, duas almas generosas, dois corações puros, cada qual só pensa no outro, por considerá-lo indispensável. Um se aflige por-

que o outro está doente. Este quer devolver-lhe o médico, para que se trate. E se mortificam ambos em cuidados pela saúde um do outro!

Não só o facultativo quanto o subcomandante do forte não concordam com isso, e o doutor permanece em Coimbra. Ricardo Franco, na última correspondência oficial, a 23 de dezembro de 1808, agradece, comovido, a deferência e os cuidados de seu Chefe.

Já, então, o valoroso comandante da Fronteira Sul e do Forte de Coimbra se encontra acamado. Não mais abandonará o leito. A partir do início de 1809, é o Major Antônio José Rodrigues que exerce o comando, efetivamente.

Enganar-se-ia quem supusesse que o comandante efetivo estava totalmente incapacitado para exercer o cargo. Fisicamente, sim, pois o corpo achava-se estirado em um pobre leito, sem forças para se levantar e se locomover. Nem por isso estava o ínclito soldado entregue a vãs lamentações.

Todavia, seu cérebro estava alerta e a mente, clara. Aproveitou bastante bem o tempo em que esteve deitado, quem sabe mesmo, sozinho, entregue às suas cogitações. E pensou em tudo quanto lhe competia em matéria de serviço. Dispôs, então, de maior oportunidade para as coisas do espírito. Prepa-

rou-se bem. Fez um bom e completo exame de consciência. E recebeu os santos sacramentos.

Seu subcomandante fazia-lhe as vezes, funcionalmente. E era homem educado, sensível, prestimoso e dedicado. Não arredou pé da cabeceira do grande soldado. Passara a achegar-se mais ao doente, a ouvi-lo com maior freqüência e mais longamente, a fim de fazer-lhe companhia, saber das idéias, pensamentos, conselhos, orientação e ordens, para acatá-los ou dar-lhes cumprimento. E para abeberar-se em seu saber e experiência.

O bondoso Major Rodrigues foi, sem dúvida, o confidente de última hora, aquele que ouviu e reproduziu, por escrito e fielmente, as últimas vontades de seu amigo e comandante.

E Ricardo Franco lembrava-se e insistia para não ser esquecido o recolhimento de artigos pertencentes à Real Fazenda, de que ele se vinha utilizando em serviço.

Eis que lhe ocorre uma nova lembrança. Estava em dívida e queria que fosse saldada. De novo insistia com o Major Rodrigues para não esquecer disso, também. Era uma dívida pequena, mas era uma dívida. Ele a reconhecia e ela tinha que ser paga. Ele comprara pequeno anel de pedras, para presentear

uma pessoa que lhe era muito querida.

E houve ainda outro assunto, a respeito do qual Ricardo Franco foi, talvez, bem mais insistente. Tratava-se daquela pessoa que lhe era tão querida e para a qual adquirira o pequeno anel de pedras.

Ricardo Franco viera solteiro de Portugal, como, aliás, todos aqueles que se transferiram para as possessões ultramarinas a serviço do rei.

Tudo leva a crer que, por ocasião de seu primeiro comando em Coimbra, Ricardo Franco tenha conhecido uma Índia da nação guaná e, agradados um do outro, estabelecera-se, entre ambos, uma relação mais afetiva e duradoura, de que houve descendência.

A Índia, em sua simplicidade e desconhecimento das coisas do mundo civilizado, talvez nada quisesse para si própria. Porém, Ricardo Franco preocupava-se com seus entes queridos. Ele ia faltar-lhes; todavia, não desejava que ficassem desamparados. Eis porque se tornava mais insistente junto a seu amigo e subordinado. Quantas vezes o bondoso e paciente Major Rodrigues não deve ter ouvido as súplicas renovadas do grande soldado com relação à Índia e aos filhos? Foram, é bem provável, de mesmo número as promessas de que, ele mesmo, tomaria as providências

a respeito. E assim fez, porque há o registro delas.

Confortado pela confissão geral, pelos outros santos sacramentos recebidos, e pelas promessas categóricas e reiteradas do Major Rodrigues, seu amigo e subordinado, pôde, finalmente, Ricardo Franco descansar em paz.

Pelas duas e meia da tarde do dia 21 de janeiro de 1809, cercado do carinho da esposa, da solicitude de seus comandados, o grande soldado entregou a alma ao seu Criador. Nesse mesmo dia, por volta das sete horas da noite, Ricardo Franco foi sepultado no interior da capela nova do Forte de Coimbra, com as devidas pompas do cerimonial. Os assistentes quedavam-se emudecidos, imersos em profunda e sincera tristeza.

Ele erguera suas muralhas e paredes, pusera-lhe teto, e o defendera encarniçadamente. No interior do quadrilátero, ainda inacabado, numa capelinha rústica, a última morada de um grande soldado e homem extraordinário. Só agora repousava o batalhador infatigável, e junto ao altar com a imagem de Nossa Senhora do Carmo, por ele adquirida, poucos anos antes. Invocada tão repetidas vezes, e fervorosamente, estendera ela seu manto protetor sobre a valerosa guarnição, para salvá-la de inimigos mais numerosos e melhor apetrechados.

* * *

A História guardou o nome pelo qual a Índia era conhecida: Mariana Guanã. E ficaram registrados, igualmente, os nomes dos filhos e as respectivas idades, referidos com relação a janeiro de 1809: Ricarda Manoela, de 25 meses, e Augusto Martiniano, de 3 meses.

O Major Antônio José Rodrigues assumiu o comando do forte. Em seu primeiro officio para Vila Bela, dias mais tarde, narra a morte e o sepultamento de Ricardo Franco. Em outro officio, mas da mesma data, reporta-se às preocupações de Ricardo Franco com a esposa e os filhos, que como tais ele os reconheceu, e para os mesmos, ele, Ricardo Franco, solicitava o amparo do Capitão-General.

Na mesma embarcação que transportaria para Vila Bela o médico assistente do Governador, o Major Rodrigues resolveu mandar, também, mãe e filhos, com uma "povoadeira", para ajudar nos cuidados com as crianças. Livrava, desse modo, a Índia de retornar à selvageria, como evidenciavam seus pais e parentes querermos fazer com ela.

Mãe e filhos foram amparados. Augusto Martiniano faleceu ainda moço. Ricarda Manoela casou-se e deixou numerosa descendência.

* * *

Os restos mortais de Ricardo Franco também não ficaram desamparados. O Capitão-General e Governador da Capitania de Mato Grosso, Oeynhausens, entendeu que as cinzas do herói não deveriam permanecer em Coimbra. Ali, ficariam por demais expostas. As questões de fronteira ainda levariam tempo para serem resolvidas. Convinha, pois, transportá-las para Vila Bela, onde seriam alvo de permanentes homenagens de autoridades, população e visitantes.

Um ano e cinco meses depois, a exumação, remoção e sepultamento, na igreja de Santo Antônio dos Militares, um lugar privilegiado, na capela-mor. Um tampo de madeira, com significativo epitáfio gravado, cobriu-lhe o túmulo.

Grandes honras militares deveriam ter-lhe sido prestadas nessas cerimônias fúnebres. E a sua memória continuou a ser honrada.

Todavia, nem muito tempo se havia passado e Vila Bela perderia sua condição de Capital, mudar-lhe-iam até o nome, e ela começaria a ser abandonada. Poucos habitantes se deixaram ficar. Eles e seus descendentes foram testemunhando a lenta ruína em que se ia transformando a antiga sede de governo dos Capitães-Generais e Governadores de Mato Grosso.

Nada escapou à ação do

tempo, ao abandono e à falta de uso e de conservação, até o tampo de madeira com o significativo epitáfio gravado. Perdeuse, assim, a memória de onde fora cavado o lugar exato do túmulo do herói.

Mas, um dia, houve quem clamasse para que os restos mortais do grande soldado fossem reencontrados, exumados outra vez, para serem inumados, de novo, no interior do Forte de Coimbra. Outros, ainda, sob a forma de lei, propunham e determinavam a inumação em necrópole da nova Capital, Cuiabá, que agora já era a do Estado.

Somente em 1925, ocorre a primeira tentativa oficial para localizar-lhe o túmulo. Os encarregados da busca falharam por falta de orientação, e as autoridades estaduais não voltaram à carga.

Vinte anos mais tarde, nova tentativa, originada de reivindicação de integrantes do próprio Forte de Coimbra e novo fracasso, uma vez que os membros dessa comissão seguiram os mesmos passos da anterior.

Mas, eis que um devoto da Protetora do Forte de Coimbra e admirador da personalidade invulgar do defensor do velho baluarte se propõe a nova pesquisa para encontrar o que já se considerava perdido.

O General Raul Silveira de Melo, por não se convencer do rigor e acerto das pesquisas an-

teriores, dedicou tempo em rebuscar a documentação que registravam todas as informações sobre o túmulo e a tentativas inúteis para reencontrá-lo.

Ora, sabia-se que o túmulo fora cavado do lado direito da igreja. As duas comissões cavaram desse lado, e nada encontraram.

O General Raul Silveira de Melo, em julho de 1950, foi até Vila Bela, já então conhecida com nova denominação, a de cidade de Mato Grosso. Contratou trabalhadores e fê-los cavar, todavia, do lado esquerdo. Sim, do lado esquerdo de quem entra, porque o lado direito de um prédio é aquele que fica desse lado, para quem dá as costas para a sua entrada. E, oficial oriundo da Arma de Engenharia, e como Engenheiro Militar que era, acertou. E sabia, além disso, que lado de honra, nas igrejas, é o lado direito.

Exumados, os restos mortais de Ricardo Franco foram para Campo Grande, em Mato Grosso, sede do Comando da 9ª Região Militar, e, posteriormente, transportados para o Forte de Coimbra, em meio a grandiosas solenidades oficiais e religiosas.

A bela urna de angelim contendo as relíquias do herói encontram-se no interior do forte, como a declarar, à sua guarda e a quem mais for até lá, e mesmo a quantos longe esti-

verem, que o destemido e valeroso Coronel do Real Corpo de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra assumira, uma vez mais, e, agora, para sempre, o comando da Fronteira Sul e o do Forte de Coimbra.

* * *

Durante toda a sua vida, Ricardo Franco, mercê das qualidades com que estava ornada a sua pessoa, recebeu, de chefes, subordinados, amigos, colegas e estrangeiros, todas as provas de reconhecimento e acatamento.

Depois de morto, recebeu honras oficiais, civis, militares e religiosas, no enterro, na exumação, um novo enterro, em outra exumação, no transporte de sua urna funerária para o Forte de Coimbra, onde continua a recebê-las.

Os escritos e mapas por ele elaborados sobre as suas expedições científicas, e outros trabalhos, foram inseridos em exposições e publicações de alto gabarito, por causa do valor que encerram.

O pouco que se sabia a seu respeito, passou a ser divulgado em artigos, livros e conferências. Trechos de seus trabalhos literários eram e são citados e comentados.

Seu nome ilustre passou a individualizar uma bela serra

situada entre o Guaporé e o rio Verde, defronte de Vila Bela.

Diversas associações culturais incluíram seu preclaro nome no rol de patronos de suas cadeiras. E, com isso, renovam-se, amiúde, as referências, análise, crítica e comentários sobre o seu nome, vida, trabalhos, heroicidade e devoção ao dever.

Ora, acontece que o Exército brasileiro, em permanente busca de renovação, criou um quadro, em modernas feições, em que se congregaram os seus Engenheiros Militares, e deulhes, no Almanaque do Exército, o número de páginas que acolherão os seus nomes, na ordenação de antiguidade, relacionarão informações individuais, de modo a perpetuar-lhes, desde logo, a presença, o mérito, a atuação e a atividade em seu setor técnico.

Faltava ao Quadro de Engenheiros Militares (QEM), todavia, a exemplo do que ocorre com as armas, os serviços e outros quadros, a instituição de um Patrono.

Foram, por isso, relacionados os nomes de ilustres Engenheiros Militares de diversas épocas, e estudadas as suas vidas, notadamente sob o aspecto de militares e de técnicos.

Ricardo Franco haveria de receber mais uma consagração. Veio a ser escolhido Patrono do Quadro de Engenheiros Militares.

No Almanaque do Exército, em folha de papel especial, figura o seu retrato, supositício embora, e as informações básicas sobre a sua ilustre pessoa. Encabeça essa folha as muitas páginas contendo os nomes de seus modernos colegas, seguidores e apadrinhados. Acha-se, pois, agora, o Coronel do Real Corpo de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra à frente e no comando de uma formação superespecializada, que o seguirá, fiel, coesa, denodada, valorosa e competente, como aquela outra guarnição vitoriosa, a do Forte de Coimbra, em setembro de 1801.

* * *

A escolha do nome do Patrono não poderia ter sido mais oportuna. Sua eleição cercou-se de pesquisa aprofundada, e de auscultação ao Quadro. Resultou, por isso mesmo, altamente justa, porque baseada, apenas, no mérito dos possíveis e prováveis candidatos arrolados. Ricardo Franco, de forma exemplar, soube ser:

- 1 - aluno distinto;
- 2 - topógrafo;

- 3 - cartógrafo;
- 4 - hidrógrafo;
- 5 - geógrafo;
- 6 - etnólogo;
- 7 - agrimensor;
- 8 - estatístico;
- 9 - projetista;
- 10 - calculista;
- 11 - arquiteto;
- 12 - sertanista;
- 13 - explorador;
- 14 - fronteiro;
- 15 - geopolítico;
- 16 - mestre pedreiro e carpinteiro;
- 17 - chefe de expedições sertanejas;
- 18 - chefe de escritório técnico;
- 19 - sapador rodoviário e florestal;
- 20 - engenheiro civil e militar;
- 21 - assessor civil, militar, técnico, administrativo e político;
- 22 - oficial de estado-maior, encarregado da logística;
- 23 - membro militar, integrante de Junta de Governo;
- 24 - comandante de fronteira e de fortificação;
- 25 - herói em combate; e, sobretudo e permanentemente;
- 26 - UM HOMEM DO DEVER.



LUÍZ GONZAGA DE MELLO - Ingressou na Escola Militar, no Realengo, 1937. Foi Presidente da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, e Chefe do Estado-Maior do Exército (1943-1946). Concursado e efetivado, permaneceu no Magistério do Exército, ininterruptamente, até julho de 1980. Dedicou-se ao estudo, pesquisa e elaboração de trabalhos técnicos sobre a sua Arma; outros, versando sobre a matéria que lecionou; e alguns, a respeito de aspectos de nossa História Militar.